

MEMÓRIA ESQUECIDA

DOCUMENTO DA DITADURA MILITAR EXPÕE VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS CONTRA INDÍGENAS

Um capítulo esquecido da história dos índios no Brasil, datilografado em páginas já amareladas, pode ganhar nova luz com a redescoberta de um documento que há 45 anos saiu das vistas da sociedade. Mais conhecido entre os historiadores como Relatório Figueiredo, o material é resultado de uma comissão de inquérito do Ministério do Interior, presidida pelo procurador Jader Figueiredo, que entre 1967 e 1968 apurou denúncias de corrupção do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Em plena ditadura, a comissão liderada por Figueiredo percorreu mais de 16 mil km e visitou 18 estados para investigar as denúncias que surgiram em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em 1962, ainda no governo pré-ditadura de João Goulart. Como resultado da empreitada, foi gerado um relatório de mais de 7 mil páginas, que relata problemas administrativos do SPI, como desvio de verba indígena. Mas não só: além da ocupação e exploração ilegal de terras indígenas por fazendeiros e mineradores, há registro de matanças de tribos, maus-tratos e escravidão de índios por funcionários da instituição.

O documento foi reencontrado por acaso no arquivo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, pelo vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic,

que buscava por material para a Comissão da Verdade – bancada governamental que apura violações dos direitos humanos ocorridas no regime militar. “Quando fui ao museu, me mostraram alguns papéis e um deles tinha a assinatura do Jader Figueiredo. Na hora, vi que era o relatório”, conta Zelic. “Foi emocionante pegar aquele documento que estava desaparecido há tanto tempo.”

Pesquisadores da temática indígena sabiam do material, mas ele nunca tinha sido identificado em meio aos arquivos do SPI. Segundo o coordenador de divulgação científica do Museu do Índio, o antropólogo Carlos Augusto Freire, parte da documentação sobre o órgão estava guardada na sede da Funai em Brasília até 2008, quando foi transferida para o museu. Esse material, composto de mais de 50 mil documentos em 150 caixas, chegou a ser indexado, mas o Relatório Figueiredo passou despercebido. Depois de resgatado por Zelic, o documento foi digitalizado pelo museu e está disponível para consulta mediante solicitação.

Nas páginas do documento há diversos depoimentos de indígenas e funcionários do SPI colhidos por Figueiredo, além de seus relatos pessoais, anexos de depoimentos prestados na CPI que deu origem à investigação e a prestações de contas dos postos indígenas. Desde sua criação em 1910, por influência do marechal

FOTOS: MUSEU DO ÍNDIO

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS
GABINETE DO MINISTRO

ATA DA INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 154, DE 24 DE JULHO DE 1967, DO SENHOR MINISTRO DO INTERIOR.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, às nove horas da manhã, na sala seu número do saguão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, situado no edifício térreo da Antarquilha, no Setor das Antarquilhas, aí presentes os senhores procurador Jader de Figueiredo Correia, Técnico de Administração Francisco de Paula Passos e Técnico de Contabilidade Uômar Vieira Lima, respectivamente, presidente e vogais da Comissão de Inquérito designada pela Portaria número cento e cinquenta e quatro, de vinte e quatro de julho de mil novecentos e sessenta e sete, do senhor Ministro do Interior, tiveram início os trabalhos à apuração dos fatos mencionados no ofício número cento e dezesseis, barra S&P, barra sessenta e sete, de onze de abril de mil novecentos e sessenta e sete do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, protocolizado sob número dois mil e oitocentos e quarenta e um, de quatorze de março de mil novecentos e sessenta e sete.

Diciu-se, inicialmente, tomar conhecimento dos autos do processo da Comissão Parlamentar de Inquérito que deu origem à resolução número cento e quarenta e dois, barra sessenta e cinco, daquela Comissão Parlamentar e realizar, após, as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos. De que, eu, Jader Figueiredo, Max Luis Almeida Nobrega, para constatar, na qualidade de secretário da Comissão, lavrei a presente, que vai por todos assinado.

Presidente Jader Figueiredo
Vogal Uômar Vieira Lima
Vogal Jader Figueiredo
Secretário Max Luis Almeida Nobrega

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS

PORTARIA Nº 154 - 154

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado nº 154, datada de 24.07.67, do Excelentíssimo Senhor Interior,

RESOLVE, em conformidade com o disposto do artigo 2º, do Estatuto dos Funcionários Civis da o escrevente datilógrafo - nível 7, Max Luis Almeida Nobrega nº 2.112.259, lotado na Divisão Financeira do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para fins de Secretário da mesma Comissão.

Brasília-DF, 21 de agosto de 1967

Jader Figueiredo
Presidente da Comissão



Fotos anexadas ao Relatório Figueiredo mostram a situação de miséria e abandono dos postos indígenas

Cândido Rondon, o SPI estabelecia postos de aproximação indígena na tentativa de atrair e 'civilizar' os índios. No Estado Novo (1937-1945), esses postos se multiplicaram com a Marcha para o Oeste promovida pelo governo para desbravar os confins do país por meio de expedições como a Roncador-Xingu, no Mato Grosso, liderada pelos irmãos Claudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas. À época do Relatório Figueiredo, eram mais de 160 postos que, seguindo a ideologia civilizatória de então, deveriam oferecer alfabetização e assistência médica para os indígenas, além de capacitá-los para o trabalho rural e agrícola.

Mas o que o documento recém-descoberto mostra é que a prática era bem diferente da teoria. "Salvo poucas e honrosas exceções, os postos encontram-se em lamentável estado, desassistidos, carentes de tudo, sem fiscalização, ficam os índios entregues a si mesmos e a terra indígena à transação", escreveu o procurador Jader Figueiredo.

ATROCIDADES E CONFLITOS Depoimentos presentes no relatório descrevem casos de violência desmedida contra os indígenas: índias separadas dos bebês recém-nascidos e obrigadas a trabalhar na lavoura logo após o parto sem poder amamentar, índios usados como escravos particulares por chefes de postos, crianças que fugiam e eram espancadas e penduradas em cordas pelos dedos das mãos por dias.

Um dos casos relatado por muitos indígenas ouvidos por Figueiredo foi o da índia Rosa, da etnia bororo. A menina, na época com 11 anos, assistia a uma aula no posto indígena da 6ª inspetoria, em Mato Grosso, quando o chefe do posto, Flávio de Abreu, mandou que ela e as colegas ficassem de pé. Abreu estava acompanhado de um homem chamado Seabra, que escolheu Rosa e a menina foi dada ao homem pelo chefe do posto em troca da confecção de um fogão de barro. Quando o pai da índia foi reclamar, foi espancado pelo chefe do posto.

O mesmo Abreu também é acusado de ter como escravas duas índias, de 6 e 7 anos. Uma delas, Adalgisa, contou ao procurador que era impedida de visitar a mãe e surrada quando tentava fugir. Um funcionário contou ainda que Abreu criou no posto um suspeito serviço médico de doenças venéreas para índias jovens, que eram examinadas somente à noite por ele mesmo.

No Sul, os relatos de maus-tratos são abundantes. Nos postos Nonoai e Cacique Gregório Kaechot, no Rio Grande do Sul, indígenas e funcionários acusam os chefes Acir Barroso, Castelo Branco e Vieira de usar um instrumento de tortura chamado 'tronco', onde os índios eram mantidos amarrados e chicoteados como forma de punição. Contam também que a esposa de Barroso, a professora Marina Alves de Souza, castigava os índios colocando-os em um fosso cheio de excrementos humanos.

Nem mesmo figuras conhecidas saíram imunes no documento. O sertanista Francisco Meirelles, fa-



Nos postos indígenas, índios eram obrigados a realizar trabalhos rurais

moso pela atração dos xavantes no Mato Grosso, é denunciado no relatório de omissão de maus-tratos, falsificação de recibos e adulteração de prestação de contas. Meirelles é acusado ainda de receber dinheiro de fazendeiros e seringueiros para, em troca, pacificar os índios e facilitar a entrada dos primeiros nas áreas indígenas para explorar castanha e borracha.

Os desvios de verbas e os conflitos de terra são outra constante no relatório. Na década de 1940 havia sido criado o conceito de renda e patri-

mônio indígena. Desde então, todo o lucro da produção indígena nos postos – da criação de gado e da colheita de castanha, por exemplo –, bem como o dinheiro dos arrendamentos de terra feitos pelo SPI, constituíam um fundo federal que deveria ser voltado para a ‘proteção’ dos índios. O relatório lista vários funcionários que desviavam essa verba e cita alguns que teriam incitado os índios contra fazendeiros do entorno como forma de pressão para conseguir mais verba com os arrendamentos. Normalmente, o SPI cobrava dos fazendeiros 3% do seu lucro dentro das terras arrendadas. Figueiredo conta que no Mato Grosso os funcionários passaram a cobrar 7% dos arrendatários, que protestaram. Em resposta, os funcionários teriam convencido os índios de que os fazendeiros ocupavam a terra ilegalmente, incitando rebeliões.

A ocupação de terras indígenas se dava de diversas formas, um dos exemplos mais citados é de fazendeiros que se instalavam nas terras ilegalmente e depois conseguiam um contrato de arrendamento junto ao SPI. Sobre a situação, Figueiredo escreveu: “Os arrendamentos, notórios ou clandestinos, vão se tornando cada vez mais numerosos e o índio vai, a cada ano que passa, tendo menos terra para viver. Paralelamente vão sendo operados desmatamentos criminosos sob a forma de concessões ‘oficializadas’ ou clandestinas, todas elas, porém, rigorosamente proibidas, mas nunca detidas”.

Para o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, do Museu Nacional, as denúncias do relatório refletem a desorganização estrutural, política e ideológica que acompanhou o SPI desde o seu início. “No período inicial do Serviço, havia a ideologia rondoniana não só de ‘morrer se preciso for, matar nunca’, mas também de esperar, pautado no positivismo ortodoxo, que os índios viessem a evoluir, deixando de ser índios e passando a ser trabalhadores

rurais nos moldes de um camponês ‘branco’. Na prática, isso não ocorria, pois o grupo rondoniano foi sempre diminuto. Quem muitas vezes tinha o poder real nos postos eram as elites locais, mais preocupadas com seus interesses econômicos”, afirma. “O índio sempre foi usado pelo Estado para trabalhar de modo não remunerado e explorado por muitos chefes dos postos que, em sua maioria, eram pessoas desconectadas de uma ideologia protecionista.” Segundo Souza Lima, a ideia de que os índios deveriam se civilizar por meio do trabalho rural vigorou na prática durante toda a existência do SPI, mesmo depois do surgimento de uma ideologia contrária, na década de 1950, defendida por antropólogos e indigenistas que ocupavam cargos no SPI, como Darcy Ribeiro e José Maria da Gama Malcher.

Mas como explicar que a comissão de Figueiredo tivesse começado em plena ditadura? Souza Lima acredita que, inicialmente, a investigação foi parte de uma articulação política para preparar o terreno para o fortalecimento da ditadura. “O relatório foi escrito num momento em que o SPI estava especialmente visado e já tinha passado por inúmeros escândalos. Muitas foram as propostas de extinção do SPI ao longo de sua história. Talvez esse momento fosse um dos especialmente graves, mas não seria o único”, pondera. “Naquele momento, diversos órgãos foram extintos sob a acusação de corrupção e novos órgãos foram criados. Era um cenário de preparação para um ciclo desenvolvimentista sob o regime ditatorial. Esse era o contexto do relatório Figueiredo; o que não se esperava é que o Jader Figueiredo fosse tão fundo na tarefa. A ditadura deslanchou um processo que não controlou.”

As denúncias feitas pelo relatório chegaram a repercutir na imprensa internacional depois de uma coletiva de imprensa promovida pela comissão de inquérito do Ministério do Interior em março de 1968. Jornais como o

americano *The New York Times* e o francês *Le Monde* publicaram notícias chamando a atenção para o que descreviam como 'genocídio promovido pelo governo'. Após a conclusão das investigações, Figueiredo recomendou punições e suspensões para vários funcionários e nova CPI foi instaurada. Mas a repressão oficial foi mais forte. A CPI foi desfeita e pessoas ligadas à comissão exoneradas. Figueiredo morreria alguns anos depois, em 1976, em um acidente de ônibus de causa não esclarecida.

TERROR CONTÍNUO Em 1967, pouco antes de a comissão terminar seus trabalhos, o SPI foi extinto. No lugar do órgão foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), que reuniu ainda o Conselho Nacional de Proteção ao Índio e o Parque Nacional do Xingu, criado em 1961 por iniciativa do governo federal.

Os problemas, no entanto, não terminaram com o fim do SPI. O índio potiguara Tiurê Nascimento é prova disso. Primeiro indígena reconhecido como exilado político da ditadura militar brasileira, Nascimento testemunhou as atrocidades sofridas pelos indígenas sob a tutela da Funai. "Eu vivi e fui vítima de tudo isso que conta o Relatório Figueiredo", diz. "Em 1970, fiz um concurso público para ser funcionário da Funai e lutar pela causa indígena, mas lá dentro eu vi com meus próprios olhos documentos que deixavam clara a intenção do governo de explorar e dizimar a população indígena. Fui viver na aldeia dos paracatejês na Amazônia e vi índios sendo escravizados, produzindo castanha sem receber nada. Na aldeia dos suruí, ocupada por militares, mulheres eram estupradas, pajés cometiam suicídio. As pessoas falam muito dos militantes da cidade e dos desaparecidos políticos, mas esquecem que o índio também foi vítima da ditadura."

O Relatório Figueiredo já está sendo usado para recuperar a memória



O relatório revela que os índios foram vítimas de maus-tratos na ditadura

desses fatos. Marcelo Zelic preparou um documento sobre os índios no período da ditadura, incluindo passagens do Relatório Figueiredo, e enviou para a Comissão da Verdade, que já discute o assunto. Um grupo de trabalho indígena do Ministério Público também pediu uma cópia do relatório para estudo. O material é, inclusive, parte de um processo movido pelos índios cadiuéus para reintegração de posse de 140 mil hectares invadidos por fazendeiros no Mato Grosso.

"O relatório traz uma lista de violações ao patrimônio indígena que estão na causa e na raiz das violações de terra que ocorrem até hoje", comenta Zelic. "Esperamos que a divulgação desse material crie um ambiente de reparação da violência sofrida pelos indígenas, que represente um avanço na questão da inviolabilidade e do respeito à terra indígena com marcações e entrega de terra para que eles reconstruam suas vidas."

O antropólogo Carlos Augusto Freire acrescenta que o Relatório Figueiredo abre caminho para muitos estudos acadêmicos. "Acredito que vários pesquisadores vão querer usar o documento para suas pesquisas. É um material muito rico que abrange informações de vários gru-

pos indígenas e situações graves em relação a esses grupos."

Já Antonio Carlos de Sousa Lima espera que o resgate do relatório possa servir para expor políticas e elites que tiveram participação nesse processo e até hoje têm espaço na sociedade. "Se existe uma situação de intensa violência e graves atentados à vida indígena em uma região do país sem que haja intervenção governamental, como vem acontecendo hoje com os guarani-caiovs e os terenas no Mato Grosso do Sul, devemos nos perguntar até onde isso é omissão, inexistência de política ou uma política de certos setores do governo que não está traduzida em planos. "Não agir não deixa de ser uma ação e foi o que o Estado fez na época do relatório e é o que continua fazendo até hoje. O relatório não é só sobre o SPI, ele revela um Estado genocida e racista que se perpetua, um Estado imerso na malha das elites locais que têm continuidade no presente. Não é impossível que grupos que estavam no poder e permitiam ou realizavam atos cruéis com os povos indígenas ainda estejam aí, com novos interesses. E isso, antes de tudo, deveria ser investigado", defende.

SOFIA MOUTINHO | CIÊNCIA HOJE | RJ